

*Plano de Atividades e Orçamento
2025
1fev2025
Proposta para a Assembleia Geral*



Índice

MENSAGEM DA DIREÇÃO	4
PERSPETIVAS AMBIENTAIS PARA 2025	5
Alterações climáticas	6
Transparência, participação e processos de decisão	7
Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental	7
Mobilidade e Transportes	8
Alta Velocidade Ferroviária	9
Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)	9
Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental	10
Agricultura e Ambiente	11
Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade	12
Biodiversidade	12
Lei do Restauro	12
Lei Europeia da Desflorestação	13
Florestas	13
Ordenamento do Território	13
Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)	14
CENSOS DO LOBO IBÉRICO	14
Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem	15
Remoção de barreiras fluviais	16
Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça	16
Barragem do Pisão	17
Programa Nacional de Regadios	18
Mineração em Mar Profundo	19
Plano de Ação Marinha	19
Mineração em Terra	19
Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Eas) E Cidadania Ambiental	20
Desenvolvimento sustentável	22
Competência	22
Trabalho voluntário e compromisso	22
Independência e contrapoder	22
Idealismo nos objetivos, realismo na ação	22
Postura colaborativa	23
Transparência	23
Postura inclusiva	23
Postura irreverente	23
Aposta no associativismo	23
OS NOSSOS PRINCIPAIS PROJETOS	24
Coastwatch Zonas Costeiras, Conhecer para Proteger	25
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada	26
Programa Rios Livres	27
Programa Renature	28
Projeto TerraSeixe	29
MOVIMENTO AMBIENTAL	30
ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	31
Agência Oeste Sustentável	31
CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	31
C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO	31
ONG, Plataformas e Coligações	31
CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental	32
CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza	32
DLBC Lisboa	32
EEB/BEE – European Environmental Bureau	32
MIA – Movimento Ibérico Antinuclear	32
Mediterranean Alliance for Wetlands (MAW)	33
#MOVRIODOURO	33
ProTejo	33
Participar na PEPAC	33

Conselho Nacional da Água (CNA)	34
Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)	34
Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*)	34
Conselho Estratégico do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	34
Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT)	34
CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)	34
Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação	34
Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida	34
Organismos	34
OUTRAS ATIVIDADES	35
CEIM – Controlo de Espécies Invasoras em Monchique	36
Agricultura	36
Mobilidade e Transportes	36
Ciclo de Formação	36
GEOTALINE e Comunicação aos associados	37
Energia e Clima	37
Reforma Fiscal Ambiental	37
Prémios GEOTA	37
Conversas à volta da Terra -Ciclo de Debates Temáticos	37
Contencioso Ambiental	38
ORGANOGRAMA	39
OS NOSSOS DIRIGENTES	40
OS NOSSOS FUNCIONÁRIOS	41
ORÇAMENTO 2025	43
Despesas 2025	45
Receitas 2025	46
Tabela resumo por centros de custo 2025	47



Mensagem da Direção

Espera-se que o ano de 2025 nos traga um conjunto de desafios políticos, ambientais, sociais e económicos, de natureza externa e colocados pela conjuntura, mas também de natureza interna, com novos projetos e novas necessidades que por eles são levantados, especialmente ao nível de financiamentos.

À contestação e processo de contencioso relacionado com a Barragem do Pisão, juntam-se a necessária resposta a outras ameaças à natureza e biodiversidade perpetradas em nome do “progresso”, “transição energética”, “desenvolvimento” e outros chavões que não perfilhamos.

Acima de tudo, dar também o nosso contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para 2030.

Neste sumário executivo apresentam-se as Perspetivas Ambientais para 2025 expressam-se as principais preocupações do GEOTA para este novo ano.

Apresentam-se, também, as principais iniciativas do Plano para 2025, procurando ir de encontro à nossa missão e visão e aos objetivos traçados.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Perspetivas Ambientais para 2025

A entrada em funções do novo governo em 2024 e a aprovação do orçamento para 2025 não diminuíram as nossas preocupações relativamente à possibilidade avançarem, sem os devidos cuidados, grandes infraestruturas públicas e privadas de energia, água e transportes, facilitados por um “simplex” ambiental e por um “simplex” urbanístico e de ordenamento do território, e pela definição de “to-go areas” offshore e em terra para a instalação de energias renováveis, pondo em causa os altos valores de conservação até então gozando algum estatuto de proteção no Sistema Nacional de Áreas Protegidas e Sítios Classificados e na Rede Natura 2000.

A nova lei dos solos, resultado da alteração imposta pelo DL 117/2024 no RJIGT, recentemente publicado, consagra condições de reclassificação do solo rústico para o solo urbano completamente inaceitáveis, ameaçando, de uma penada, os anteriores estatutos de proteção dos solos: RAN, REN, e os novos instrumentos, como a Lei do Restauro da Natureza.

A pressão para a execução das verbas do PRR vai no mesmo sentido.

Acresce a elevada incerteza que os resultados das próximas eleições, autárquicas em 2025 e presidenciais em 2026, irão trazer também nestas matérias.

Mantem-se a habitual incoerência entre as diversas políticas sectoriais e os compromissos assumidos por Portugal ao nível internacional e europeu.

Na esfera ambiental, várias medidas e preocupações estão em destaque:

Projeto da Alta Velocidade Rodoviária.

Avaliação do novo aeroporto de Lisboa.

Lei Europeia da Desflorestação para combater o consumo que estimula a degradação florestal.

Nova Lei dos Solos

Remoção de barreiras fluviais obsoletas.

Moratória na mineração em mar profundo.

Participação em grupos e iniciativas para uma agricultura mais sustentável.

Redução das emissões de gases de efeito estufa e a necessidade de mudanças na trajetória global de emissões.

Implementação da Lei do Restauro

Projeto da Barragem do Pisão.

Revisão da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade e o Plano de Ação Marinho.

Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Implementação do Plano Nacional de Energia Clima 2030 e finalização do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2045

Além disso, destaca-se o compromisso de Portugal com a transição energética, especialmente o aumento das energias renováveis, como eólica e solar, buscando reduzir a dependência de combustíveis fósseis de maneira justa e considerando a conservação da natureza e o compromisso com a biodiversidade, com a necessidade de proteger 30% do território terrestre e marinho até 2030.

Alterações climáticas

Portugal tem progredido na redução de emissões de carbono. Desde 1990, o país conseguiu reduzir suas emissões em 5,1%, o que supera a meta estabelecida pela União Europeia em resultado de uma série de medidas, como a promoção de energias renováveis, eficiência energética e políticas de transporte sustentável.

De acordo com divulgação do Índice de Desempenho das Alterações Climáticas 2025 (CCPI), que tem por base os dados disponíveis de 2023, Portugal continua no grupo dos países mais bem classificados, na 15.ª posição, num total de 63 países. De acordo com o Índice de Desempenho das Alterações Climáticas 2025 (CCPI) melhorou a sua prestação nos rankings dos gases com efeito de estufa (subiu de 16.º para 15.º); das Energias Renováveis (de 20.º para 18.º) e da Política Climática (de 20.º para 16.º), mantendo a posição no domínio do Uso de Energia (17.º), relativamente ao CCPI de 2024 (que utiliza dados de 2022). [URL: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/noticia?i=portugal-no-grupo-dos-paises-com-melhor-performance-climatica>]

Se não houver uma mudança significativa nas políticas e nas ações globais de mitigação, é previsto que a temperatura global aumente cerca de 2,9 °C até o ano de 2100. Esse valor está muito acima da meta estabelecida pelo Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

As consequências desse aumento de temperatura são extremamente preocupantes. Milhões de pessoas serão afetadas, principalmente nas regiões mais vulneráveis, como as comunidades costeiras e os países em desenvolvimento. Essas populações enfrentarão eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades mais intensas, além do aumento do nível do mar, que pode causar a inundação de terras costeiras.

Além do impacto nas pessoas, os ecossistemas também serão gravemente afetados. A mudança climática afeta a biodiversidade, levando à perda de habitat, extinção de espécies e desequilíbrios nos ecossistemas. Isso tem consequências em cascata em toda a cadeia alimentar e pode comprometer a segurança alimentar das populações.



Portanto, é urgente tomar medidas para reduzir as emissões globais e limitar o aquecimento global. É necessário investir em fontes de energia limpa, incentivar a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, indústria e transporte, e fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos climáticos.

A grande novidade nesta área é a novel Agência para o Clima, recentemente constituída (DL n.º 122/2024, de 31 de dezembro, entidade que a partir de Janeiro passará a concentrar responsabilidades em matéria de transição climática, que passará a gerir o Fundo Ambiental, o Fundo Azul e a supervisão dos projectos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nas áreas da energia, clima, ambiente e água, e ainda o Fundo de Modernização.

Links importantes:

- <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/noticia?i=portugal-no-grupo-dos-paises-com-melhor-performance-climatica>
- <https://www.portugalglobal.pt/pt/noticias/2024/novembro/portugal-no-grupo-dos-paises-com-melhor-performance-climatica/>
- <https://news.un.org/pt/story/2024/12/1841746>
- https://apambiente.pt/sites/default/files/A_APA/Iniciativas_transectoriais/bioeconomia/PABS_Dez2021.pdf
- <https://news.un.org/pt/story/2024/12/1841746>
- <https://www.cfp.pt/pt/blogue/financas-publicas/a-orcamentacao-verde-e-a-perspetiva-climatica-na-poe-2025>
- <https://essenciadoambiente.pt/portugal-meta-2025-reciclagem/>
- https://forumcompetitividade.org/wp-content/uploads/2024/07/Trimestral_26_FINAL.pdf

Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental

Multiplicam-se os alertas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Painel Internacional para as Alterações Climáticas (IPCC), a Pegada Ecológica, a Encíclica *Laudato Sí* ou o movimento dos jovens pelo clima. A mensagem é simples e clara: a destruição de recursos naturais decorre da nossa sociedade consumista e insustentável. Temos de mudar de mentalidade e abandonar o "crescimento" como indicador de desenvolvimento social.

Deve ser instituída uma verdadeira reforma fiscal ambiental e social, em linha com recomendações de longa data da OCDE e da União Europeia.

As famílias e empresas não devem ser sujeitas a maior carga fiscal, mas esta deve ser redistribuída em função do desempenho ambiental e equidade social.

Aplica-se o princípio do triplo dividendo: as ecotaxas promovem a defesa do ambiente, a desoneração da carga fiscal sobre o trabalho promove o emprego, e os incentivos à eficiência promovem a inovação e a competitividade das empresas. Há vários exemplos de aplicação deste princípio em Portugal, mas de forma superficial e sem continuidade.

Esta reforma deve contribuir igualmente para o reforço de meios humanos e materiais do Estado, desesperadamente necessários, nos domínios do Ambiente, Ordenamento, Energia e Mobilidade.

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



Transparência, participação e processos de decisão

Em 2024 assistimos ao renascer de projetos de obras públicas e privadas, sem fundamentação nem aplicação dos requisitos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ou Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). São exemplos disso projetos de regadio como a Barragem do Pisão, a nova linha de alta velocidade Aeroporto de Lisboa. Esta estratégia do facto consumado não é nova, mas é absolutamente inaceitável.

As decisões devem ser tomadas após a avaliação informada com objectivos claros e meios credíveis.

Há que instituir uma nova forma de fazer política: estudar, discutir, e depois, decidir. A informação sobre os processos de decisão, em especial perante riscos ambientais e sociais, tem de ser pública e transparente. A consulta pública e as preocupações dos parceiros sociais têm de ser incorporadas nas decisões, em vez de constituir mero pro forma. É importante que os agentes decisores, como Deputados, Magistrados e dirigentes da Administração Pública, possam ter formação em ambiente e participação.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria para os ODS

Mobilidade e Transportes

O sector dos transportes é um dos principais emissores de GEE, afectando direta e indiretamente a qualidade de vida: da saúde ao tempo despendido em deslocações. A solução passa pelo forte **investimento no transporte coletivo**, complementado por meios de **mobilidade suave**. Na última legislatura actuou-se na variável preço, simplificando e reduzindo o custo áreas metropolitanas, o que foi positivo. No entanto, está por fazer o mais importante: o reforço substancial da qualidade de serviços dos transportes públicos, expressa em frequência, intermodalidade, fiabilidade, redução dos tempos totais de trajecto. Há que definir metas claras para estes indicadores de desempenho e proporcionar meios materiais e institucionais para os cumprir objetivos. É necessário considerar o transporte coletivo como um **serviço público essencial, apostar na organização e na qualidade de serviço do sistema de transportes**, incluindo investimento em material e meios humanos.

A espinha dorsal do sistema de transportes deve ser a ferrovia, com os seguintes princípios essenciais:

A rede ferroviária tem de ser competitiva com o automóvel e com o avião, tanto em termos de qualidade de serviço como de custo-eficácia; e deve servir a larga maioria da população do País, quer na faixa litoral quer no interior.

Deve ser criado um **Plano de Exploração Ferroviária**, revisto periodicamente, com início imediato e horizonte 2030, criando **horários coerentes**. Todos os serviços devem ser cadenciados (ou seja, a intervalos regulares). O serviço ferroviário pesado deve ser estruturado em **duas categorias principais (suburbanos e intercidades) e duas categorias complementares (regional e internacional)**.

Os **serviços suburbanos** devem circular em linhas dedicadas com intervalos não superiores a 15 min;

Os **serviços intercidades** (integrando os actuais Alfa, IC e IR) devem cobrir uma rede de cerca de 150 estações (chegando a cerca de 80% da população, ao centro das principais cidades, portos, aeroportos e fronteiras), com um horário conjugado à escala nacional, e com intervalos não superiores a 2 h nas pontas da rede (superior nos eixos principais). Deve ter velocidades padrão competitivas: sugere-se como base de discussão 140 km/h, com 200 a 220 km/h nos eixos principais.

A AV deve ser equacionada apenas nas ligações internacionais, não nas ligações internas.

Considera-se ainda essencial desenvolver um **Plano Nacional de Mobilidade**, com o devido suporte técnico e ampla participação dos parceiros sociais, conjugando os diversos modos de transporte

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Alta Velocidade Ferroviária

A implementação de linhas de alta ferroviária em Portugal pode ter uma série de impactos ambientais, que geralmente são avaliados durante o planeamento e a execução desses projetos. O GEOTA reprovou o EIA do troço Soure-Aveiro da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa pelos seguintes motivos: Falta de Análise Alternativa: O EIA não considera outras opções além da LAV, como a requalificação da Linha do Norte, levantando dúvidas sobre a necessidade e eficácia da LAV. A falta de discussão sobre alternativas indica um projeto mal fundamentado; Impactos Cumulativos Desconsiderados:

Decisões por troços isolados não consideram os impactos cumulativos da LAV, como consumo de energia, demanda pelo serviço, efeitos na população e no meio ambiente. Isso é politicamente inaceitável e pode levar a resultados desproporcionais; Prejuízo a Outros Investimentos Ferroviários: O avanço da LAV Porto-Lisboa em troços pode bloquear investimentos em outras áreas ferroviárias mais necessárias.

O GEOTA questiona a viabilidade social, ecológica e econômica da LAV e defende o reforço do serviço intercidades para a coesão territorial.

Deficiências no Estudo de Impacto: O EIA apresentou falhas nos estudos de procura e operação, e carece de avaliações precisas sobre gastos de energia, impactos ambientais e custos. Os impactos severos na região de Coimbra e no vale do Mondego são especialmente preocupantes.

O GEOTA considera que o EIA do troço Soure-Aveiro da LAV Porto-Lisboa não aborda adequadamente as preocupações fundamentais, levantando questões sobre a pertinência, os impactos e a viabilidade do projeto como um todo.

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)

A AAE do NAL iniciou-se em janeiro de 2024 e foi recentemente apresentado o respetivo relatório. Algumas das preocupações das ONGAs foram acolhidas, destacando-se a inviabilidade da opção Montijo como temos protestado.

Junto da CTI defendemos que, nos Fatores Críticos de Decisão que estiveram em consulta pública, as dimensões ambientais têm de ser decisivas.

Na AAE do serviço aeroportuário para Lisboa deve ser dada máxima prioridade à procura de soluções eficazes para reduzir os impactes do AHD/Portela, certamente com enfoque na eficiência de operações, mas também na transferência modal da aviação para a ferrovia, e complementaridade entre os aeroportos nacionais.

Temos recebido muitas queixas em relação ao ruído dos voos noturnos, quer do Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa quer do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto. É uma matéria que o GEOTA não pode deixar de acompanhar, pois está intimamente ligada à qualidade do ambiente e ao bem-estar das populações afetadas.

Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental

Para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e da Lei de Bases do Clima, é indispensável apostar em políticas e medidas que promovam e acelerem a transformação profunda do sistema energético atual. Este é ainda fortemente baseado em combustíveis fósseis, é altamente ineficiente, é centralizado na sua propriedade e gestão, e é injusto na medida da desigualdade no acesso à energia com três milhões de portugueses em pobreza energética. É necessária uma combinação de incentivos económicos, regulação, investimento público, apoio técnico e educação para a energia, junto de todos os sectores: famílias, instituições públicas e privadas, empresas industriais e de serviços, e sector agroflorestal. A prioridade tem de ser a promoção da eficiência energética complementada com a transição para fontes de energia renováveis de baixo impacto e preferencialmente descentralizadas.

As medidas prioritárias que defendemos mantêm-se do ano anterior e são:

Criar uma **taxa de carbono que reflecta os custos ambientais da poluição**. As receitas devem ser obrigatoriamente consignadas a medidas de eficiência energética, melhoria da qualidade de serviço dos transportes públicos, e redução de outra carga fiscal (ISP, IRS, IRC), com especial foco em evitar efeitos regressivos em consumidores vulneráveis, na lógica da **neutralidade fiscal**;

Promover a **eficiência energética em todos os sectores económicos**, com **incentivos eficazes e apropriados a cada sector**, incluindo **benefícios fiscais em IRS e IRC**. Entre outras medidas, refiram-se a **requalificação de edifícios com foco no desempenho energético**, dirigidos às famílias, empresas e instituições (incluindo isolamento térmico e aquecimento de águas sanitárias); e incentivos a medidas de gestão da energia e investimentos com retorno em 3-7 anos, para a indústria e serviços;

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação):



Portugal dará seguimento à expansão das energias renováveis, em especial eólica e solar, fundamental para deixarmos a nossa dependência dos combustíveis fósseis.

Está previsto um investimento muito forte no hidrogénio "verde", que deve preferencialmente ser usado na indústria e noutros setores difíceis de descarbonizar, em substituição do gás natural, mas que tarda a concretizar-se com vários projetos atrasados ou cancelados.

Contamos poder contribuir, com outras ONGAs, para a definição de critérios não-preço, dos modelos de avaliação e dos dados de referência a serem recolhidos nos estudos e campanhas previstos, para que a transição energética seja feita de forma justa e sem pôr em causa a conservação da natureza.

(cont.)

Promover as **energias renováveis descentralizadas e de baixo impacto ambiental** na geração de eletricidade, com destaque para a energia solar, como parte de um planeamento integrado do território que garanta a proteção de valores ecológicos e o **envolvimento e partilha dos benefícios**, designadamente através da promoção das **comunidades de energia renovável**, removendo as barreiras administrativas existentes e apoiando projetos locais e de carácter social, sem fins lucrativos e de gestão democrática;

Garantir a **adequada localização, dimensão, desenho, instalação e operação de centrais solares e parques eólicos**, com base em processos de avaliação de impacto ambiental rigorosos e participados incluindo critérios exigentes;

Mitigar a pobreza energética através de mecanismos de **proteção dos consumidores vulneráveis** que garantam o acesso à energia como um bem essencial, de apoios financeiros a fundo perdido para a renovação energética profunda das habitações, de apoio técnico e social à escala local sobre energia em colaboração com as autoridades e outras organizações locais;

Eliminar incentivos perversos, socialmente iníquos e promotores de maus comportamentos ambientais, como os subsídios às barragens e aos carros individuais e as isenções de ISP; rejeitar falsas soluções, como a energia nuclear, a produção de "biomassa energética" ou a captura e armazenamento de carbono em grande escala, que implicam custos superiores, outros impactos ambientais, e não garantem a redução das emissões na escala necessária.

Agricultura e Ambiente

O aumento da agricultura intensiva, em particular o olival, acarreta um conjunto de graves impactos. Requer grandes quantidades de água, o que é particularmente preocupante nos cenários de alterações climáticas para o Sul do País, e contribui para a sua poluição, ao contaminá-la pela lixiviação de pesticidas e fertilizantes. A mobilização do solo e a remoção do coberto vegetal degrada a sua estrutura e promove a erosão. Requer igualmente mais energia do que a agricultura tradicional, contribuindo para a emissão de GEE, e provoca a destruição de habitats. E apesar de largamente subsidiada pela PAC, inviabiliza as metas das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves. Assim, propomos:

Desenvolver uma agricultura mais resiliente que respeite onexo água, solo e biodiversidade, seja mais adaptada à nossa paisagem e assegure uma alimentação adequada no território português com base na segurança e aprovisionamento alimentar e na dieta mediterrânica, diminuindo o défict da balança comercial do setor.

Um **Plano Nacional para o Uso do Solo**, com objectivos claros para a conservação e mecanismo de incentivo e desincentivo respetivamente de boas e más práticas, com fiscalização adequados.

Monitorização dos **impactes ecológicos e sociais da Agricultura, em especial das formas Intensivas** numa perspetiva comparada com outras formas de produção (de sequeiro, integrada, biológica)

Metas mais ambiciosas de promoção e apoio a modos de produção sustentáveis, **redireccionando subsídios públicos**, numa perspetiva de pagamento de serviços dos ecossistemas.

Criação de circuitos diretos e de redes de abastecimento e armazenagem de produtos agrícolas, fora das grandes cadeias comerciais, assim como de micro plataformas logísticas nas cidades, para regulação do abastecimento do comércio retalhista e do tráfego urbano.



GEOTA integra o grupo de entidades que constituem a Coligação Cívica "Participar no PEPAC", a qual iniciou a sua participação na Comissão de Acompanhamento Nacional deste plano.

Este ano irá ocorrer uma reunião presencial dessa plataforma, no dia 21 de janeiro, em Coimbra, para avaliar o trabalho realizado e as perspetivas de futuro.

Acompanhamos também o tema ao nível europeu, através do Grupo de Trabalho de Agricultura do EEB.

Vamos continuar a bater-nos por uma agricultura que respeite mais os recursos solo, água e biodiversidade as nossas condições edafoclimáticas, a dieta mediterrânica e a agricultura de sequeiro, e, ainda batermo-nos por processos de

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade

Biodiversidade

Em relação à Biodiversidade interessa desenvolver as seguintes políticas e medidas:

Implementar a Lei do Restauro da Natureza ao nível nacional;

Reformar a gestão das Áreas Protegidas, conforme proposto pelo CNADS (2021): "Reflexão e Recomendação à Assembleia da República e ao Governo sobre a Gestão Sustentável de Áreas Protegidas no quadro do Pacto Ecológico Europeu";

Garantir a implementação da Rede Natura 2000 (nomeadamente, a conclusão da elaboração dos planos de gestão e a ampliação desta rede ecológica em Portugal) e a efetiva aplicação da legislação e iniciativas de conservação, monitorização e fiscalização no Sistema Nacional de Áreas Classificadas;

Concretizar o pagamento dos serviços dos ecossistemas a todo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, comprometendo o Estado com a valorização do património natural junto das comunidades, numa lógica de compensação por um serviço de interesse público prestado.

Revisão do modelo de medidas compensatórias do abate de sobreiros e azinheiras para a realização de empreendimentos de imprescindível utilidade pública (DIUP) e a realização de empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local (DRSIEL) que reflita uma maior justiça ambiental e que garanta a sua implementação, monitorização e avaliação no longo prazo.

Maior dotação orçamental e de recursos humanos de entidades de proteção e gestão ambiental, como destaque para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. É também necessário dar prioridade a projetos de conservação e restauro dos ecossistemas no Fundo Ambiental, aproveitando para alavancar projetos apoiados por fundos europeus, como o LIFE e o INTERREG.



Lei do Restauro

O Conselho de Ministros da EU adotou a 17 de julho de 2024, a Lei de Restauro da Natureza. Este resultado representa uma enorme vitória para a natureza, a ação climática, os cidadãos e o futuro da Europa.

Os Estados-Membros terão de iniciar a elaboração dos Planos Nacionais de Restauro. Esperamos que isto seja feito de forma estratégica e participativa com a sociedade civil e outros atores relevantes.

O GEOTA desenvolve, desde sempre, projetos de restauro e conectividade ecológicas dos quais se destacam, mais recentemente, a Reserva Natural Local do Paul de Tornada e os Projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela nas áreas áridas em Portugal continental, os quais irão continuar durante 2025. Estamos também a trabalhar em projetos de remoção de barreiras à conectividade fluvial.

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



Lei Europeia da Desflorestação

Entrou em vigor, em junho de 2024, para combater a desflorestação global e a degradação florestal impulsionadas pelo consumo da UE.

Até ao final de 2024, o governo tinha de designar uma ou mais autoridades responsáveis pela aplicação e pela fiscalização do regulamento.

A partir de 2025, a lei torna-se vinculativa para as empresas, que deverão comprovar que seus produtos não são provenientes de áreas desflorestadas.

O GEOTA irá acompanhar esse processo com atenção, especialmente tendo em consideração os projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela, TerraSeixe-Virídia e Invasoras que vão continuar em 2025



Florestas

Nas florestas consideramos que o debate tem sido demasiado focado no combate a incêndios e pouco nas suas causas: o despovoamento, o desordenamento do território e as monoculturas sem gestão. As políticas e medidas propostas são:

- Desenvolver um Plano Nacional de Restauro direcionado especificamente para a renaturalização e restauro de habitats degradados, principalmente em áreas afetadas pelos incêndios, indo ao encontro da declaração da ONU para 2021-2030 como a década para o restauro ecológico.
- Restringir a replantação do eucalipto e não apenas novas plantações, visto que, segundo o 6.º Inventário Florestal Nacional, já ocupa cerca de ¼ do total da área florestal em Portugal.
- Criar um Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras, com foco em particular no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.
- Aprovar um Simplex para o RJAAR nas áreas abrangidas pelo Programa de Transformação da Paisagem de modo a desburocratizar e facilitar o processo para os pequenos proprietários e a acelerar a reflorestação e transformação da paisagem, especialmente nas áreas ardidas.

Ordenamento do Território

(cont.)

Em relação ao Ordenamento do Território:

- Reverter ou rever profundamente a nova "Lei dos Solos" (alteração do RJIGT) de modo a que a mesma não se transforme em mais um instrumento de especulação imobiliária e dispersão territorial, com benefícios privados e custos públicos a todos os níveis;
- Reverter a legislação e a medida que levou a que os Planos Especiais de Ordenamento do Território passem a Programas, deixando de vincular os particulares, bem como a excessiva permissividade introduzida com o "Simplex do Urbanismo";
- Reforço da Reserva Ecológica Nacional no sentido de constituir uma verdadeira rede de corredores ecológicos, coincidentes com a rede hidrográfica, que permita garantir a conectividade dos ecossistemas fluviais e terrestres, e contribuir para a regulação climática, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos solos e a prevenção de incêndios rurais.

CENSOS DO LOBO IBÉRICO

Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)



Mais um ano em que os resultados do Censos feito pelo ICNF à população de lobo-ibérico em Portugal não foram divulgados. Só com esta informação poderemos conhecer as tendências da população e sua distribuição geográfica, aferir da eficácia das atuais medidas de conservação, e contribuir para definir novas medidas se necessário para assegurar a existência e viabilidade desta espécie protegida e emblemática.

O GEOTA subscreveu também, já em 2024, em conjunto com 287 organizações, uma carta aberta a Ursula Van Der Layen protestando contra a intenção de reduzir o estatuto de proteção do lobo, sem o suporte de evidências científicas para essa decisão.

A luta pela proteção do lobo na Europa continua, propulsada pelas organizações da sociedade civil e pela academia, procurando que as decisões em matéria de conservação da natureza sejam tomadas com base em informação científica.

O GEOTA irá acompanhar a atualização da Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade.

A ENCNB tem como objetivo garantir que as políticas e ações relacionadas com a biodiversidade estejam em linha com os compromissos assumidos internacionalmente.

As metas do “Quadro Global da Biodiversidade Kuming-Montreal”, aprovadas pela Convenção da Diversidade Biológica, são uma importante referência para orientar as ações em prol da conservação da biodiversidade até 2030. Essas metas incluem a proteção de áreas naturais, a redução do desmatamento, a restauração de ecossistemas degradados, a promoção da agricultura sustentável e o combate à perda de espécies.

O estudo Biodiversidade 2030 é um documento que visa orientar as políticas de conservação da biodiversidade em Portugal até 2030. Ele é resultado de um trabalho conjunto entre entidades científicas, técnicas, administrativas e da sociedade civil, e apresenta um conjunto de propostas e recomendações para a preservação da biodiversidade no país. Esse estudo tem como objetivo principal promover a implementação da Estratégia Nacional para a Biodiversidade e contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal a nível internacional.

Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem

Um dos maiores desafios das próximas décadas será assegurar as necessidades de água num quadro de escassez crescente. Tal implica a redução de desperdícios nos diferentes setores, mas também alternativas na agricultura, o maior consumidor. Implica igualmente preservar as fontes de água doce, os nossos aquíferos e rios, prevenindo a degradação e restaurando os ecossistemas ribeirinhos, ameaçados sobretudo pela poluição e pelas alterações ao curso natural dos rios, através das barragens. Pese embora as vantagens, estas infraestruturas existem já em elevado número (i.e. mais de 8 000 barreiras em Portugal), e aceleram os processos de evaporação e degradação da água.

Deste modo, torna-se primordial assegurar que os rios e trechos de rios ainda livres possam ser alvo de maior proteção, como exigido na Lei da Água, através da criação de um estatuto de conservação semelhante às "reservas naturales fluviales" espanholas. É igualmente essencial ponderar o futuro das barragens em fim de vida útil e/ou que já não tenham funções sociais e económicas, estudando adaptações e/ou a remoção, a par do que tem sido o caminho traçado por Espanha, França ou Suécia. Importante também reforçar o poder e a dotação financeira de ferramentas de gestão de recursos hídricos à escala da bacia, com destaque para os Planos de Gestão de Região Hidrográfica. O atual modelo institucional não é o mais adequado: propõe-se devolver a autonomia às Administrações de Região Hidrográfica.



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Remoção de barreiras fluviais

O GEOTA, em conjunto com os municípios de Santarém e Alcanena, removeu em 17 de abril de 2024 o açude do rio Alviela. Este nosso contributo tem de ser reforçado com a obrigatoriedade de remoção de barreiras fluviais obsoletas, a exemplo do que se faz em Espanha e com mais apoio estatal para o efeito.

No território continental existem mais de 8 mil barreiras fluviais obsoletas, cujo efeito é, neste momento, negativo para as comunidades e os ecossistemas

As barragens e barreiras à conectividade fluvial perturbam o funcionamento natural dos ecossistemas ribeirinhos e causam declínios de larga escala não só nas populações de peixes, mas também em outros táxons. Para além disso constituem-se como barreira ao fluxo natural da água e dos sedimentos. Por esta razão, as barragens e barreiras que são obsoletas ou que não são usadas devem ser removidas, permitindo aos rios retomar o seu estado mais próximo do "natural".

A ciência mostra-nos que as barragens têm, na verdade um efeito negativo nas alterações climáticas, libertando gases de efeitos estufa, destruindo sumidouros de carbono, retirando os nutrientes dos ecossistemas, destruindo habitats e a sua biodiversidade associada. As barreiras criam ainda um potencial de inundação face aos episódios de chuva intensa previstos com as alterações climáticas, pondo vidas em risco e colocando os governos e a indústrias em posições financeiras difíceis.

O GEOTA considera assim importante a implementação de um programa Nacional de "Remoção de Barreiras", com o financiamento inerente, como os que existem por toda a Europa e mundo, para remoção de barreiras obsoletas. Este programa seria uma aposta clara no restauro ecológico dos ecossistemas ribeirinhos e no cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030. Relembro que a Comissão Europeia estabeleceu como meta para 2030 no âmbito da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, o restauro de pelo menos 25 000 km de rios através da remoção de barreiras obsoletas e da recuperação de ecossistemas ribeirinhos.

Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça

A Convenção de Albufeira, apesar de ser um documento essencial para regulação do regime de caudais, ao nível transfronteiriço, encontra-se desajustada e desadequada. Prevê a definição de caudais ecológicos desde a sua assinatura em 1998, mas nestes 23 anos tem-se, efetivamente, mantido em vigor um regime de caudais mínimos que deveria ser transitório.

O GEOTA considera essencial o investimento no estabelecimento de caudais ecológicos regulares, contínuos e instantâneos, medidos em metros cúbicos por segundo (m³/s), e respeitando a sazonalidade das estações do ano, ou seja, maiores no inverno e outono e menores no verão e primavera, por oposição aos caudais mínimos negociados politicamente e administrativamente há 23 anos na Convenção de Albufeira sem se concretizar o processo de transição para o regime caudais ecológicos que essa mesma Convenção prevê.

Consideramos essencial o investimento na cooperação transfronteiriça, para que os 2.700 hm³ de caudal mínimo anual sejam enviados por Espanha com a regularidade que serve a sociedade e o meio ambiente português.

Neste sentido, é imperativo repensar investimentos como:

- a nova barragem no rio Ocreza (em estudo pela Agência Portuguesa do Ambiente e que pode custar 360 milhões de euros);
- o canal para transvase desde o rio Zêzere, no Cabril, até ao rio Tejo, em Belver (100 milhões de euros), que consideramos serem gastos desnecessários, dada a possibilidade de negociação de caudais ecológicos vindos de Espanha.

O GEOTA defende a necessidade de os caudais ecológicos integrados nos planos de gestão das regiões hidrográficas serem efetivamente transpostos para a Convenção de Albufeira.

Beneficiando das redes já estabelecidas no território, como a ProTejo e a #MovRioDouro, onde participamos, vamos continuar a acompanhar o trabalho nas respetivas regiões.

Barragem do Pisão

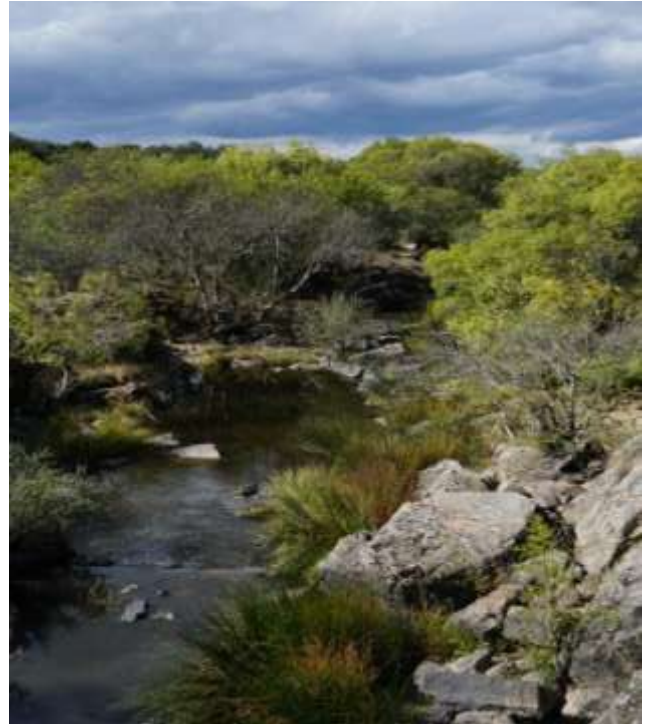
O governo não desiste do seu objetivo de construir mais uma barragem para promover o regadio, com impactos ambientais muito significativos no território e nos recursos hídricos.

A anunciada construção da barragem do Pisão terá impactos ambientais que não foram devidamente considerados.

Impactes ambientais relevantes:

- Obstrução da continuidade longitudinal do rio que por sua vez irá ter consequências nos processos transversais (mobilidade lateral do rio) e verticais (recarga dos aquíferos);
- Alteração do sistema fluvial natural com fragmentação dos habitats;
- Alteração do carácter da Paisagem Cultural;
- Alteração da galeria ripícola, diminuição da qualidade e diversidade de habitat e consequentemente diminuição da biodiversidade;
- Promoção da agricultura intensiva (nomeadamente do olival) que exercerá enorme pressão sobre os recursos hídricos, sobre o solo e sobre os ecossistemas.
- Retenção de sedimentos e agravamento da erosão costeira.
- Impactes sociais e económicos:
- Inundação da Aldeia de Pisão e desalojamento de cerca de 60 habitantes.
- Perda de património imobiliário e fontes de produção económica e de consumo próprio (hortas e quintas) das famílias;
- Stress e enorme pressão psicológica para as famílias aceitarem indemnizações baixas;
- Mau uso de fundos comunitários dado o contexto ambiental atual, e as diretivas europeias para o resolver.

É essencial considerar estes pontos e refletir sobre a necessidade de construção de novas barragens vs a necessidade de gestão eficiente dos recursos hídricos vs alterações climáticas vs cumprimento



O GEOTA lidera um grupo de ONGA que colocou na justiça este projeto, por contestar quer a sua necessidade quer a forma deficiente como foi feita a avaliação de impacto ambiental, bem como o desrespeito pelo princípio de "Do No Significant Harm" que todos os financiamentos comunitários pelo PRR devem observar.

Em 17 de janeiro de 2025 foi o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco anulou a DIA do empreendimento, contudo espera-se a continuação do processo para instância superior em resultados de recursos que possam ser interpostos.

Vamos continuar a liderar este contencioso com o Estado Português, a APA e a CIMAA com uma ação jurídica, processos cautelares, participação em consultas públicas de projetos relacionados, acompanhamento da evolução dos concursos públicos e campanhas de informação do público.

Foi também publicado um vídeo:
<https://www.facebook.com/GEOTAmbiente/videos/447560218163344/>

Programa Nacional de Regadios

De forma coerente, continuamos a defender o mesmo que em períodos anteriores.

A utilização sustentável da água deve integrar uma gestão eficiente da capacidade de armazenamento, bem como uma gestão eficiente da utilização da água, garantindo os caudais ecológicos, conduzindo à redução dos consumos globais em zonas de maior escassez hídrica.

De acordo com isto, estrategicamente, não é viável, numa situação de emergência climática, apostar em atividades que necessitam de elevados consumos hídricos.

A gestão de recursos hídricos deve compatibilizar-se com as metas definidas pelas estratégias europeias, como o European Green Deal e a Diretiva Quadro da Água.

De acordo com o Relatório Especial da Utilização Sustentável da Água na Agricultura, efetuado pelo Tribunal de Contas Europeu: "O financiamento da UE para projetos de irrigação tem salvaguardas fracas contra a utilização insustentável da água. A instalação de novas infraestruturas de irrigação que alarguem a superfície irrigada irá provavelmente aumentar a pressão sobre os recursos de água doce".

É de facto essencial uma mudança de paradigma na gestão dos recursos hídricos, com a integração das questões ecológicas, sociais e económicas.

Considerando que, acautelar as necessidades hídricas para as atividades humanas terá sempre impactes ecológicos nos rios, reforçamos a necessidade de entender estes sistemas como corredores ecológicos importantes para a manutenção da biodiversidade e dos processos ripícolas. Para isso, devem considerar-se sistemas agrícolas adequados, de forma a reduzir as áreas grandemente dependentes do regadio, com práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas, ao contrário da pressão sobre os recursos hídricos criada pelas grandes extensões de monoculturas intensivas.

A gestão eficiente dos recursos hídricos tem de considerar a conservação dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e a manutenção dos serviços de ecossistemas fluviais. Globalmente temos de apostar na recuperação da Paisagem Fluvial e na recuperação do território degradado pelas inúmeras pressões que tem vindo a ser alvo, recuperando os ecossistemas de forma a promover a infiltração de água no solo e a recarga dos aquíferos. Isto implica, necessariamente repensar o Programa nacional de Regadios e apostar na agricultura tradicional com minimização das necessidades de água.

Plano de Ação Marinha

Os Estados-Membro têm de submeter estes planos à Comissão Europeia até março, com o objetivo de protegerem 30% da sua área marinha e reduzirem o impacto das pescas na biodiversidade marinha.

O GEOTA participou ativamente e vai continuar a acompanhar o processo colaborativo que envolveu a criação do Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado, uma área protegida marinha na costa de Albufeira, Silves e Lagoa.

Mineração em Mar Profundo

Portugal juntou-se ao grupo crescente de países que pedem uma moratória à mineração em águas internacionais, uma atividade com um enorme potencial de devastação.

O parlamento açoriano, por seu lado, aprovou por unanimidade uma resolução pedindo uma moratória para esta atividade no mar dos Açores, e no parlamento em Lisboa está em discussão um Projeto de Lei que poderá impor uma moratória a esta atividade em águas nacionais até 2050.

Mineração em Terra

O GEOTA tem acompanhado os EIA dos projetos de prospeção e mineração com a emissão de pareceres nas respetivas consultas públicas.

Foram testemunho desse trabalho os pareceres sobre os EIA da Mina do Romano-Montalegre, da Mina do Barroso, da mina Cercal, bem como na Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio.

Alguns desses projetos chocam com altos valores de conservação da natureza e cultura, incluindo áreas classificadas como Rede Natura 2000 e Património Agrícola Mundial das Nações Unidas.

Para além disso, estes projetos de mineração reúnem o desacordo das populações residentes.

Em 2025 vamos continuar a manter o nível de envolvimento e atenção.

Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Eas) E Cidadania Ambiental

O objetivo da educação ambiental consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar crianças, jovens e todo(a)s o(a)s cidadã(o)s para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.

O GEOTA sempre desenvolveu inúmeras atividades de educação ambiental direcionadas a todos os níveis de escolaridade e público em geral, designadamente atividades inerentes à dinamização do serviço educativo e plano de atividades do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista, do projeto Coastwatch e de outros projetos.

Dispomos de uma professora em mobilidade ao abrigo do protocolo entre os Ministérios da Educação, Ambiente e Ação Climática que dinamiza e divulga todas as atividades de educação ambiental que desenvolvemos.

Os projetos e atividades de educação ambiental para a sustentabilidade (EAS) do GEOTA, desenvolvidas pela professora em mobilidade no GEOTA privilegiam as dimensões científica e pedagógica, e são direcionadas e adaptadas a todos os níveis de escolaridade, numa perspetiva interdisciplinar e em contato com a Natureza, motivando todos os alunos. A professora em mobilidade procura sempre diversificar as atividades, estratégias e recursos educativos naturais e digitais, promovendo desta forma as Aprendizagens Essenciais dos vários ciclos que visam facilitar o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e privilegiam os Eixos Temáticos da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, contribuem para a prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e articulam as ações de EAS no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Acreditando sempre no valor educacional da experiência interativa na Natureza e na necessidade de criar novos espaços que motivem uma educação ambiental dos alunos, proporcionando saídas de campo, atividades experimentais destinadas ao ensino-aprendizagem das competências previstas pelos currículos das várias disciplinas, em sessões convenientemente estruturadas para o efeito, utilizando metodologias alternativas, numa perspetiva lúdica e inovadora.



A participação nas atividades de educação ambiental do GEOTA são estratégias fundamentais para a educação, a sensibilização e a mudança de atitudes por parte das crianças, jovens e de todas as pessoas que nela sejam integrados. São atividades que permitem despertar a consciência ecológica, alertando para os problemas ambientais e contribuindo para que todos os alunos adquiram uma ecocidadania participativa, desenvolvam e apliquem princípios de sustentabilidade do meio. O saber em ação reveste-se de uma forma ideal de apreensão de conteúdos. Nestes projetos e atividades de educação ambiental são criadas condições de aprendizagem pelo estímulo à participação, observação e interatividade, que mais dificilmente se conseguem na sala de aula, em regime formal. Em particular, quando a execução experimental não é possível na escola ou se pretendem utilizar outras metodologias, como ponto de partida para o ensino formal de uma unidade de ensino ou, ainda, como consolidação de aprendizagens anteriores. Todas as atividades de educação ambiental com objetivos bem definidos, que promovam a interdisciplinaridade e adequadamente orientadas são extremamente eficazes na motivação e sucesso escolar.

O GEOTA dinamiza o projeto Coastwatch, o projeto de EA de maior longevidade em Portugal e dinamiza o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista, um equipamento para a EA que se localiza ao lado da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e todos os projetos do GEOTA apresentam, uma componente educativa ambiental.

Atualmente o GEOTA dispõe de um programa educativo, abrangente e nacional, sob o tema "Mãos à Obra pela Natureza".

Sem Educação Ambiental não haverá mudanças substanciais dos estilos de vida, nem dos estilos de produção/consumo.

Por mais que haja legislação, declarações, projetos, propostas de mudanças! Sem mudança de mentalidades, sem mudanças nos valores e nas atitudes, não haverá mudança nos comportamentos. A maior parte das atuais práticas apelidadas de "amigas do ambiente" são mera cosmética, em que se substitui um consumo por outro, ou se finge mudar, para deixar tudo na mesma.

Portanto, ou se faz um esforço sério em educação ambiental de crianças, jovens e adultos, ou serão propostas fracassadas. Não nos admiremos com a ineficácia dos acordos internacionais e dos alertas da ciência! A verdade é que: 1. A educação ambiental não nasce por geração espontânea! 2. A educação ambiental não se propaga por magia! Precisa de projetos plurianuais, científica e pedagogicamente bem feitos, com investimento consciente e consistente em recursos materiais e em recursos humanos nas diversas instituições (Escolas, ONG, Autarquias, Áreas Protegidas, outros). Precisa, urgentemente, de um reforço significativo na formação de formadores, educadores e professores.

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



A nossa Missão e a nossa Visão

A **missão do GEOTA** é promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Visão do GEOTA: Um futuro melhor onde o ambiente e as pessoas coexistem de forma sustentável, justa, transparente e participativa



Os nossos princípios

Os nossos valores e princípios de atuação são 10 e foram fundados na nossa forma de pensar e de fazer que nos caracteriza enquanto Organização Não Governamental de Ambiente, já com mais de 40 anos de atividade e conjugam-se com a Missão e a Visão. São eles:

- Desenvolvimento sustentável,
- Competência,
- Independência e contrapoder,
- Trabalho voluntário e compromisso,
- Idealismo nos objetivos,
- realismo na ação, Transparência,
- Postura colaborativa,
- Postura irreverente,
- Postura inclusiva,
- Aposta no associativismo

Desenvolvimento sustentável

O GEOTA nasceu a partir de uma ideia fundamental: é indispensável considerar o Ambiente como um fator central de desenvolvimento. Não há desenvolvimento possível sem salvaguardar os recursos ambientais, tal como não é possível proteger o ambiente à revelia das aspirações dos cidadãos. Defendemos um conceito de Ambiente englobando não só a Natureza mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida das pessoas e a gestão dos recursos naturais.

Competência

As posições, trabalhos e intervenções públicas do GEOTA são sempre fundamentados. Recusamos a demagogia e o espetáculo pelo espetáculo, em favor da seriedade, do conhecimento rigoroso e da qualidade.

Independência e contrapoder

O GEOTA é totalmente independente face a instituições oficiais, interesses económicos, corporativos ou outros. Sempre, que necessário, assumiu e assumirá uma postura crítica construtiva face aos poderes políticos vigentes, qualquer que seja a sua ideologia.

Trabalho voluntário e compromisso

O GEOTA é aberto a todos os cidadãos. Embora tenha ao seu serviço profissionais, o estatuto de membro de pleno direito e os cargos de direção baseiam-se no trabalho voluntário, pilar fundamental da atividade associativa.

Idealismo nos objetivos, realismo na ação

O ambiente que queremos defende-se no dia-a-dia, mas demora uma vida a construir.

Transparência

A transparência é imprescindível para garantir os direitos dos cidadãos de participação nos processos decisórios e no acesso à informação e justiça ambiental, no combate à corrupção e às injustiças ambiental, económica e social, devendo o GEOTA dar o exemplo em todos os processos externos e internos.

Postura colaborativa

O GEOTA pretende contribuir para o progresso da sociedade, nunca se limitando à crítica estéril. Está, portanto, sempre aberto à colaboração com outras entidades na prossecução de objetivos comuns.

Postura irreverente

O trabalho no GEOTA não é apenas algo profundamente sério, pela importância dos assuntos em jogo — é também uma atividade lúdica, uma expressão do nosso modo de estar. Não somos convencionais ou cinzentos, não reverenciamos os poderes instalados, não aceitamos as coisas como estão

Postura inclusiva

O contributo de todas as pessoas que partilham os fins e valores do GEOTA é bem-vindo para ajudar no cumprimento da missão e no trabalho para a visão.

Aposta no associativismo

O GEOTA defende uma filosofia "em rede" para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Objetivos e prioridades para 2025

O Objetivos e Prioridades para 2025 seguem os do mandato dos órgãos sociais eleitos a 30 de novembro de 2024. São eles os seguintes:

- Gestão Interna da Organização- Associados e trabalhadores.
- Comunicação Externa e Notoriedade Positiva - aumentar a visibilidade e projecção das acções desenvolvidas pelo GEOTA e pelos seus projetos.
- Tesouraria - medidas de optimização dos seus recursos numa melhoria da informação contabilística-financeira de toda a actividade,
- Reforma Fiscal Ambiental
- Biodiversidade, Conservação e Restauro
- Desenvolvimento Sustentável e Opções de Consumo
- Energia, Mobilidade e Clima



Os nossos principais projetos

Apresentam-se nesta seção o que reservamos para os nossos principais projetos para o ano de 2025. São eles:

- Coastwatch "Dos Rios aos Oceanos"
- Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada
- Programa Rios Livres
- Programa Renature
- Terra Seixe

Há muitas mais atividades que o GEOTA desenvolve e que serão referidas neste documento mais à frente.

Coastwatch Zonas Costeiras, Conhecer para Proteger

É um projeto europeu de educação ambiental para a sustentabilidade, ciência cidadã e voluntariado ambiental, dinamizado em Portugal, pelo GEOTA desde 1990.

Espera-se que 3 mil a 5 mil cidadãos individuais ou em grupos (escolas, ONG, famílias, grupos de vizinhos, etc.), possam realizar caminhadas à beira-mar, de pelo menos 500m, para observação e registo dos animais, algas, plantas marinhas, tipo de zona costeira, de eventuais tipos de poluição, riscos e ameaças na zona costeira, com recolha de lixo marinho e com registo de dados inseridos online num formulário ou na App "GEOTA QUESTIONÁRIOS" (para IOS e Android).

Será mobilizada a rede de coordenadores regionais protocolados - ONG, Escolas, Municípios, Associações, etc. e que durante as campanhas anuais temáticas, dinamizam, apoiam, promovem e divulgam o Projeto Coastwatch na sua região. Irá dinamizar-se a parceria com a AdTA - Águas do Tejo Atlântico para apoio nas ações de formação mensais e saídas de campo Coastwatch com visita às Fábricas de Água em zonas costeiras na área de intervenção da empresa.

Para 2025 projetam-se as seguintes atividades:

- Disseminação da 35ª Campanha Coastwatch 2024-2025 "Zonas Costeiras, Conhecer para Proteger" através das redes sociais, emails RGPD, em eventos presenciais e online a nível nacional, em sessões informativas nas escolas, em ONGS, etc.;
 - Acompanhamento de cerca de 60 saídas de campo Coastwatch para o público escolar e outros grupos na zona oeste, LVDT e município de Odemira. Vamos requerer apoio aos municípios do oeste para desenvolver as saídas de campo na zona oeste. As saídas de campo na zona costeira do município de Odemira têm o apoio do município de Odemira;

Equipa

Teresa Lemos – Assessora técnica ©

Carla Pacheco – docente da Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental, através da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA Helder Carato e Saúde Martins



(cont.)

- Dinamização de ações de formação de curta duração, mensais, nas zonas costeiras da área de concessão da Empresa Águas do Tejo Atlântico. Estas ações contam com o apoio Empresa Águas do Tejo Atlântico.
- Dinamização de saídas de campo Coastwatch associadas a visitas a Fábricas de Água Empresa Águas do Tejo Atlântico. Estas ações contam com o apoio Empresa Águas do Tejo Atlântico;
- Realização de sessões informativas Coastwatch presenciais (na zona oeste) e online (para todo o país) sob tema "O Oceano começa em nossa Casa" para Escolas do Ensino Básico/ Secundário e profissional e outros grupos;
- Organização do 35º Seminário Coastwatch 2025 "Zonas Costeiras, Conhecer para Proteger" na zona oeste e LVDT nos meses de junho e julho 2025. O 35º Seminário Coastwatch 2025 terá o apoio do Geoparque Oeste e da Empresa Águas do Tejo Atlântico.

Mais informações

www.coastwatch.pt

Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de

O Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (Centro), é um equipamento para a educação ambiental e centro interpretativo da Reserva Natural do Paul de Tornada (Reserva), à responsabilidade do GEOTA e da Associação PATO. A Reserva é gerida por uma Comissão Diretiva presidida pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha com a cooperação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e das 2 associações.

Localizada em Tornada, no concelho das Caldas da Rainha, a Reserva é uma importante zona húmida de aproximadamente 54ha. Classificada como Reserva Natural em 2009, integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas e está classificada internacionalmente como Sítio Ramsar desde 2001. A Reserva alberga grande diversidade de espécies de aves, répteis, anfíbios, mamíferos, inúmeros invertebrados, fungos e plantas. Dotada de um trilho circular pedonal de 4km, ladeado por galerias ripícolas, dispõe de diversos equipamentos de apoio à visita, como ex., dois observatórios, vários placares informativos e um espaço de lazer com parque infantil e mesas de pic-nic.

O Centro disponibiliza um Serviço Educativo dirigido a toda a população escolar com uma oferta diversificada de atividades de educação ambiental para a sustentabilidade. O Centro dinamiza atividades de EA nas pausas letivas do Natal, Páscoa e Verão para crianças. O Centro dinamiza um plano de atividades relacionados com dias ambientalmente importantes que incluem workshops, eco-caminhadas, planos de voluntariado e ações de formação que se desenvolvem quer no Centro quer nos espaços da Reserva. O Centro acolhe ainda voluntários, estagiários de ensino profissional e universitário e investigadores que desenvolvem os seus trabalhos no âmbito do Plano de Gestão da Reserva.

Equipa

Teresa Lemos – Assessora técnica ©

Carla Pacheco – docente da Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental, através da Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA Helder Careto e Saúde Martins



Para 2025 projetam-se as seguintes atividades:

- Saídas de campo e oficinas (sob marcação) para grupos escolares e outros grupos (cerca de 100)
- Eco-Caminhadas (cerca de 6);
- Ações de voluntariado para escolas (cerca de 20)
- Workshops temáticos (cerca de 4)
- Ações de formação de curta duração creditadas para docentes (cerca de 4)
- Inventariação e monitorização da biodiversidade do Paul de Tornada

Mais informações: www.ceept.pt

Programa Rios Livres

O GEOTA desenvolve, através do Programa Rios Livres, um trabalho contínuo integrando a sociedade civil e organizações, sendo o desafio do Programa Rios Livres a promoção da conservação e reabilitação dos rios num contexto holístico e ecossistémico, com os objetivos de melhorar a gestão dos ecossistemas ribeirinhos e de aumentar o conhecimento e a participação pública. Estas ações são uma contribuição essencial para a ação climática.

2025 será o último ano de implementação do Projeto Rollin'Rivers, sob financiamento da DIMFE (Donors' Initiative for Mediterranean Freshwater Ecosystems, gerida pela Fundação Príncipe Alberto II do Mónaco).

O projeto incide na avaliação da conectividade fluvial na sub-bacia do Alviela, enquanto sítio piloto para a estruturação de uma metodologia de ação replicável para outras escalas e contextos geográficos (nacional, ibérico e mediterrâneo). Neste contexto, o programa vai apresentar os relatórios técnicos sobre o mapeamento, caracterização e priorização das barreiras existentes no rio Alviela e proceder ao desenvolvimento e execução do processo de restauro do sítio Sourinho – Alviela a par com o processo de participação pública com sessões em pelo menos 5 localidades.

A decorrer em simultâneo, o projeto "Restauro fluvial como forma de ação climática – um processo participativo na Bacia", sob financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, terminará em junho de 2025.



Na área de grandes eventos destacamos, o lançamento em fevereiro do Documentário vídeo "Até à última Gota" (Auditório 3, Fundação Calouste Gulbenkian); a participação em 2 seminários internacionais sobre reabilitação fluvial; a participação no prestigiado "Festival Materiais Diversos" e na Green Week Alcanena; a organização de um workshop para estudantes de comunicação social e jornalistas sobre "Linguagem dos Rios", e a organização de um seminário nacional sobre "Conectividade e ecossistemas ribeirinhos em Portugal", entre outros.

Equipa

Ana Catarina Miranda: Coordenação, Bióloga, Doutorada em Ciências Naturais ©

Lígia Vaz de Figueiredo: Recursos hídricos, Doutorada em Restauro e Gestão Fluvial

Regina Falcão: Comunicação e Marketing, Geóloga, pós-graduação em Riscos Naturais

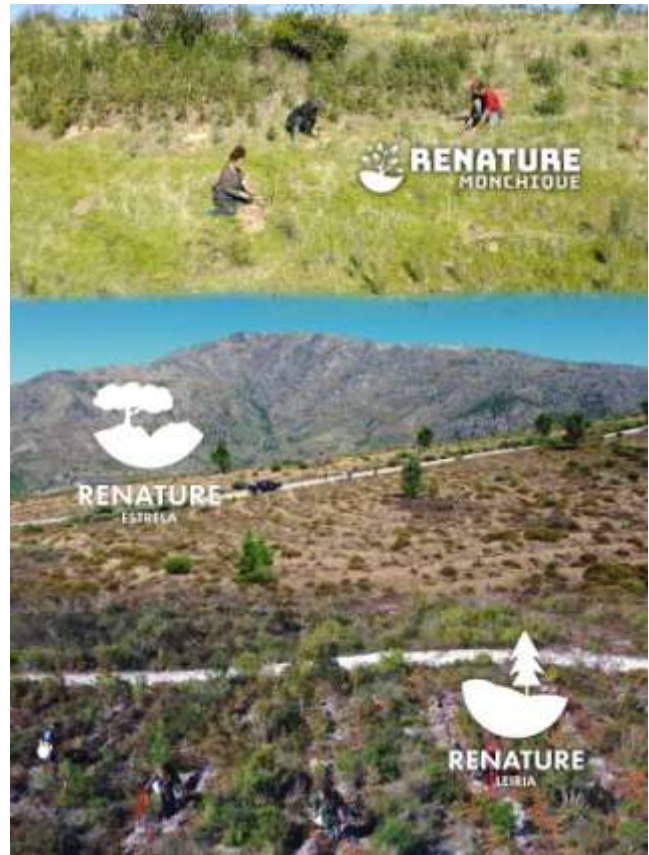
Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA Helder Careto e Saúde Martins

Programa Renature

O programa Renature visa promover o restauro ecológico e a reflorestação de áreas ardidas em Portugal. Com os incêndios florestais surge a necessidade de restaurar a fertilidade do solo e melhorar o ciclo da água através da plantação de árvores autóctones, aumentando a cobertura vegetal de modo a proteger os solos desta área, a recuperar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. As ações dos projetos apoiam a resiliência ecológica e a adaptação ao clima, ao mesmo tempo que reduzem as vulnerabilidades aos incêndios florestais.

As ações no terreno serão realizadas por equipa especializada, sob a coordenação e supervisão do GEOTA, que garantirá também a sua formação. O GEOTA será responsável pelo planeamento, desenho e implementação dessas intervenções, bem como pela sua monitorização e avaliação. Os projetos Renature também pretendem ter um impacto social e económico nas regiões em que se inserem pelo que, sempre que possível, serão contratados ou adquiridos localmente, materiais, máquinas e aluguer de veículos, plantas e mão-de-obra. Como parte desta estratégia, o GEOTA também desenvolverá uma campanha de consciencialização e educação junto da comunidade local de modo a aprofundar a conservação desta paisagem, e a adoptar comportamentos responsáveis com vista à mitigação dos incêndios florestais. Neste momento existem três projetos Renature em atividade – Monchique (2019), Leiria (2022) e Estrela (2025) – que se localizam na Serra de Monchique, Mata Nacional de Leiria e Serra da Estrela, respetivamente.

Em 2025 o objectivo passa por dar continuidade aos projetos Renature Monchique e Renature Leiria de modo a expandir o impacto e os resultados do programa e explorar novas oportunidades de financiamento e que contam com o financiamento da Ryanair e One Tree Planted e parcerias até ao momento com o ICNF, Câmara Municipal de Monchique, Região de Turismo do Algarve. No que toca ao projeto Renature Estrela, estando finalizada a primeira fase do projeto em 2024, o objetivo para 2025 passa dar continuidade à candidatura em desenvolvimento para Volkswagen Climate Partner de modo a retomar os trabalhos no início de 2026 alargando os trabalhos à Comunidade Local do Baldios de Verdelhos para além da Comunidade Local do Baldio da Freguesia de Cortes do Meio apoiada em 2023 e 2024. Em 2025 espera-se plantar mais 450 000 árvores autóctones.



Equipa

Miguel Jerónimo: Coordenação, Arquiteto Paisagista ©

João Madeira: Comunicação e Marketing, Ciências da Comunicação

Justin Roborg-Søndergaard: Consultoria Científica, Ecologista

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA Helder Careto e Saúde Martins

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasceu de preocupações com o estado de conservação da biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe, contando com onze parceiros institucionais. O incêndio de Monchique de Agosto de 2018 teve forte impactos na Serra de Monchique, classificada como Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia que pretende assegurar no longo prazo a conservação dos habitats mais ameaçados e contribuir para a perda de biodiversidade.

O projeto desenvolve-se como projeto piloto de gestão ambiental partilhada de carácter transdisciplinar como resposta às problemáticas ambientais encontradas na área da conservação da biodiversidade, uso do solo e das alterações climáticas. Em particular, com a proteção e conservação de espécies de distribuição restrita, como sejam as espécies endémicas e com a necessidade de planificar e ordenar um território com vista a torná-lo mais resiliente face às alterações climáticas, que já se fazem sentir ou que se prevejam e em relação às quais o Sul de Portugal é particularmente vulnerável.

Atualmente o foco do projeto consiste em desenvolver bosques autóctones da Serra de Monchique para a conservação da espécie arbórea mais emblemática desta região, o carvalho-de-Monchique - *Quercus canariensis*. Estudos indicam que podem existir apenas 300 indivíduos em Portugal pelo que está classificada como Criticamente em Perigo pela Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal.

Em 2025 o objectivo passa por dar finalizar as atividades previstas no financiamento da Associação Viridia – Conservation in Action que termina em Maio de 2025 resultando num trabalho de dois anos (2023 – 2025). Por outro lado interessa expandir o impacto e os resultados do programa e explorar novas oportunidades de financiamento de modo a dar continuidade ao trabalho preferencialmente com a Associação Viridia – Conservation in Action e potencialmente com a Câmara Municipal de Monchique através de um financiamento comunitário.



Equipa

Miguel Jerónimo: Coordenação, Arquitecto Paisagista ©

João Madeira: Comunicação e Marketing, Ciências da Comunicação

Justin Roborg-Søndergaard: Consultoria Científica, Ecologista

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA Helder Careto e Saúde Martins

Movimento Ambiental

Segundo o princípio "Aposta no associativismo" o GEOTA defende, desde sempre uma filosofia "em rede" para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Mantemos assim cordiais relações com um grande número de organizações do movimento associativo de ambiente, plataformas e associações de coletivos e movimentos de cidadãos, que procuramos apoiar institucionalmente e também de forma prática.

Dessas estruturas, formais e informais, orgânicas e inorgânicas, recebemos também apoio, reconhecimento, notoriedade e outras vantagens no acompanhamento das causas que defendemos.



ONG, Plataformas e Coligações

ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2025 irão garantir-se as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos, bem como o reforço das parcerias em torno de projetos concretos.

Helder Careto
(atualmente, o Presidente da Direção desta ONG)

Agência Oeste Sustentável

Seguimento dos trabalhos da Agência

A agência encontra-se em fase de desativação

Helder Careto
Teresa Lemos

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Seguimento dos trabalhos da organização

A indicar caso a caso pela CE

C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO

Fez-se o seguimento dos trabalhos, com reuniões mensais.

A coordenação do C7 é rotativa em 2025 e compete, neste ano, à Quercus.

Helder Careto
Miguel Sequeira
Miguel Jerónimo

CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental

A CIDAMB é uma associação de ONGA fundada em 2000. Em 2022 foi decidido recuperar a associação visando o apoio jurídico e técnico às suas associadas.

A Direção tem reunido de forma regular, mensalmente. Em 2024 a CIDAMB subscreveu várias posições conjuntas ao nível nacional e internacional.

Espera-se que, em 2025 a CIDAMB consiga beneficiar do registo de novos estatutos e da nova dinâmica que se lhe espera poder implementar, com a eleição de novos órgãos.

Em representação do
GEOTA: Helder Careto
(Presidente da Direção)

Gabriel Goucha (Vogal da
Direção)

Miguel Cunha Duarte
(Vice Presidente da Mesa
da Assembleia Geral)

CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza

O CIDN está em desativação há alguns anos mas tem, apesar disso, mantido uma atividade muito relevante. O GEOTA tem acompanhado todo o processo, junto com as outras organizações que compõem essa associação de coletivos.

Participámos ativamente na organização do 1º Congresso Ibérico de Energias Renováveis e Rede Natura 2000, onde estiveram como oradores João Joanaz de Melo e Miguel Macias Sequeira, Mérida, de 20 a 22 de abril de 2024, bem como na Assembleia Geral extraordinária de 16/11/2024 e vamos também acompanhar as próximas atividades com o mesmo empenho.

Helder Careto

(membro da direção da
CIDN)

DLBC Lisboa

O GEOTA integra esta estrutura associativa desde o seu início, participando nos trabalhos das reuniões da Assembleia Geral desta ONG.

Nélia Ramos

EEB/BEE – European Environmental Bureau

Grupos de trabalho de biodiversidade e clima e energia: Manutenção e alargamento das representações nos grupos de trabalho europeus e eventos associados.

Divulgação de informação e participação nas campanhas a nível internacional.

Representação na Assembleia Geral desta organização.

Américo de Abreu Ferreira

(representação
institucional e conferência
Nacional)

Miguel Jerónimo
(biodiversidade)

Miguel Sequeira (Clima e
Energia)

Helder Careto (Clima e
Energia)

MIA – Movimento Ibérico Antinuclear

A plataforma encontra-se inactiva.

Caso ocorram eventos a
CE indicará a
representação

Mediterranean Alliance for Wetlands (MAW)

O GEOTA aderiu a esta plataforma europeia de ONGA no seguimento da conferência RIVERS 2021 em Lisboa.

O principal objetivo será construir um projeto conjunto ao nível mediterrânico para a conservação e desenvolvimento de comunidades sustentáveis em torno de zonas húmidas.

Representação nos principais eventos da organização em 2025.

Helder Careto

Teresa Lemos

Catarina Miranda

Lígia Figueiredo

#MOVRIODOURO

Acompanhamento dos trabalhos da plataforma

Ana Catarina Miranda

Lígia Figueiredo

ProTejo

Acompanhamento dos trabalhos desta coligação de ONG e outras entidades.

Ana Catarina Miranda

Participar na PEPAC

O GEOTA participa nesta plataforma de ONG e personalidades ligadas à agricultura desde a sua constituição.

A plataforma é coordenada por uma equipa de representantes de 3 das suas organizações.

Desenvolve um trabalho relevante em termos de posicionamento e participação no processo de revisão do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, quer ao nível do continente quer das regiões autónomas, junto das tutelas da agricultura.

Esta prevista a realização de uma reunião presencial em 21 de janeiro, em Coimbra, com moldes e programa ainda a definir.

Helder Careto

Américo de Abreu Ferreira

Organismos

Conselho Nacional da Água (CNA)

Reunião do CNA nos dias 2 Maio e 2 Outubro 2025

Plenário: João Joanaz de Melo (E)

Foram prestados contributos para o documento do CNA ""Medidas sustentáveis para evitar a escassez de água em contexto de secas prolongadas"

Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)

Manutenção da representação até ao cumprimento do mandato.

Representantes das ONGA eleitos em 2022, proposta GEOTA: J. Joanaz de Melo (E), Irina Gomes (S)

Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*)

Manutenção da representação até ao cumprimento do mandato.

Representantes das ONGA eleitos em 2020, proposta LPN-GEOTA-FPE-GPS: J. Joanaz de Melo (E), Pedro Alves e Fernando Pires (S)

Conselho Estratégico do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Manutenção da representação até ao cumprimento do mandato.

Representantes das ONGA eleitos em 2020: Miguel Jerónimo (E) e João Madeira (S)

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT)

Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Diretiva RNLPT.

Teresa Lemos
(Representação do GEOTA)

CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)

J. Joanaz de Melo foi reeleito em 2024 representante das ONGA no CNADS para o período 2024-2027.

Representa o CNADS no Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP).

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA)

Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação

Acompanhamento dos trabalhos do organismo.

Miguel Jerónimo (E)

Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida

Acompanhamento dos trabalhos do organismo.

Lia Vasconcelos (E)

Outras atividades

O GEOTA desenvolve um conjunto vasto de atividades ligadas ao ambiente, as quais surgem, a maior parte das vezes, pela iniciativa voluntária dos seus associados/as.

Há, também, projetos de menor dimensão, em termos de mobilização de recursos, mas que não deixam de ter a sua importância para o trabalho global da organização e para o cumprimento da nossa missão.



Através do secretariado e serviços:

- Vai promover-se a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.
- Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.
- Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada
- Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.).

CEIM – Controlo de Espécies Invasoras em Monchique

O GEOTA em parceria com a Câmara Municipal de Monchique pretende dar seguimento ao trabalho já desenvolvido em matéria de controlo de espécies invasoras em Monchique.

As espécies invasoras em causa são espécies não endémicas, como por exemplo, a 'Mimosa' (Acacia dealbata) e 'Austrália' (Acacia melanoxylon) bem como o controlo de povoamentos de eucalipto.

Para além das ações de erradicação das espécies invasoras pretende-se desenvolver ações de formação e capacitação orientadas para a comunidade local em torno da temática das espécies invasoras.

A implementação das atividades do projeto teve lugar quase na totalidade no ano de 2024. Em 2025 o objetivo passa por fazer o encerramento financeiro do projeto e procurar novas oportunidades de financiamento com vista a expandir o impacto e o trabalho no terreno.

Equipa:

Coordenação: Miguel Jerónimo, Arquiteto Paisagista ©

Comunicação e Marketing: João Madeira, Ciências da Comunicação

Consultoria Científica: Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista

Ciclo de Formação

Em 2025 será desenvolvido um ciclo formativo dirigido a diversos públicos.

Prevista uma ação de Formação para Jornalistas em temáticas ambientais, em meados do ano, no CEEPT.

Equipa

Direção do GEOTA

Agricultura

O grupo de Agricultura vai continuar a acompanhar os temas do regadio e da agricultura intensiva, assim como os temas da proteção dos solos, da biodiversidade, da água e do montado.

Vai continuar igualmente a acompanhar a construção da Barragem do Pisão. E neste âmbito, vai realizar um webinar para discutir os prós e contras da barragem do Pisão. E vai continuar a divulgar informação relevante sobre este tema nas redes sociais do GEOTA, nomeadamente o vídeo sobre esta temática.

Relativamente à questão da água e do regadio, vai acompanhar o programa do governo Água que Une, e defender que os agricultores que usufruem da água das bacias nacionais para regadio intensivo paguem o preço justo pela água e que esta não seja subsidiada pelo erário público, porque isso distorce os custos na agricultura em Portugal. Neste contexto promover a reflexão sobre a agricultura de sequeiro e o pequeno regadio privado

Equipa

Patrícia Tavares ©

Alexandre Pereira

Marlene Marques

Mobilidade e Transportes

O Grupo de Mobilidade vai continuar a acompanhar os dossiers do Plano Ferroviário Nacional e do Novo Aeroporto de Lisboa — defendendo sempre o ideal de melhores transportes públicos para todos os cidadãos portugueses e políticas de mobilidade mais sustentáveis.

A principal actividade programada para este ano é o desenvolvimento da campanha "Ferrovia para Todos". Neste âmbito, estamos a planear para breve uma conferência pública centrada nas melhores soluções para a ferrovia (possivelmente em Vila Franca de Xira).

Estamos a equacionar tomadas de posição sobre a alta velocidade Lisboa-Porto e sobre o aeroporto.

Equipa

J. Joanaz de Melo, Lora Simeonova, A. Catarina Oliveira, Patrick Gugg, Patrícia Tavares, Pedro Costa

Energia e Clima

Acompanhamento da política energética, em especial do PNEC2030, e participação nas consultas públicas de projetos com impactos ambientais, como centrais solares e minas de lítio.

Participação em campanhas para a promoção das renováveis descentralizadas.

Organização de um evento de discussão sobre transição energética justa.

Reflexão sobre os objetivos do grupo e angariação de novos membros.

Equipa:

Miguel Macias Sequeira ©, João Joanaz de Melo, Manuel Lucas Claro, Patrícia Tavares

Reforma Fiscal Ambiental

A atividade do grupo da Reforma Fiscal Ambiental em 2025 vai seguir três princípios fundamentais. O primeiro é reavaliar e atualizar o trabalho já desenvolvido pelo grupo no passado e ajustá-lo à agenda e prioridades atuais. O segundo é sistematicamente abordar a coordenação dos grupos de trabalho existentes e tentar refletir a doutrina que vai sendo desenvolvida em proposta de reforma fiscal ambiental, aproveitando o que já se desenvolve no GEOTA. O terceiro passa por analisar as áreas prioritárias, identificadas no início deste programa, e desenvolver propostas de RFA dirigidas para mitigar e resolver os maiores desafios destas áreas, assim como avaliar impactos de política fiscal nacional nova e relevante.

Equipa

João Grilo ©, Américo de Abreu Ferreira, Gabriel Goucha, João Joanaz de Melo

Conversas à volta da Terra - Ciclo de Debates Temáticos

Desenvolver um ciclo de debates temáticos dirigidos ao público em geral. O primeiro tema de debate será sobre a política energética em Portugal.

Equipa:

Direção do GEOTA

GEOTALINE e Comunicação aos associados

Continuar a atividade do canal GEOTALINE, através do envio de conteúdos de interesse ambiental geral e divulgar iniciativas que o GEOTA e rede de instituições que nos contactam vão organizando, com uma média quinzenal.

Angariar, entre os associados, peritos para criar uma bolsa temática; em diversas áreas de ambiente de modo a oferecer um serviço de apoio em informação para o esclarecimento de dúvidas técnicas na área do ambiente que nos chegam de forma regular por mail ou telefone.

Organizar um encontro de associados na oportunidade de um evento institucional do GEOTA ou de uma efeméride como o aniversário.

Como forma de consolidar o trabalho feito no GEOTALINE, o plano para 2025 inclui a criação de uma newsletter mensal para associados, com início em Março de 2025. Durante o ano serão também revistos os demais canais de comunicação com associados e não associados e os mecanismos de comunicação e indução de novos associados.

Equipa:

Saúde Martins ©, Hélder Careto, João Grilo, João Madeira, Outros colaboradores

Prémios GEOTA

Refletindo os objetivos propostos pela Comissão Executiva no seu programa de campanha, em 2025 vai ter início a primeira edição dos prémios GEOTA.

Nesta primeira edição vai aproveitar ao máximo o conhecimento adquirido no passado, nomeadamente com o prémio Guarda Rios.

O tema já confirmado será o prémio Mobilidade e Transportes, que terá o nome e será dado a título póstumo ao Eng. Eduardo Zúquete.

Os demais prémios serão definidos pela equipa de trabalho responsável por organizar os prémios, com o apoio na opinião de uma consulta a realizar junto de associados ativos.

Equipa

João Grilo ©, Américo de Abreu Ferreira

Contencioso Ambiental

As ONGA encontram-se, recorrentemente, face a uma avalanche de atentados ambientais.

O GEOTA, em conjunto com outras ONGA, está envolvido em várias ações de contencioso ambiental, tendo como alvos decisões do Governo e da Administração:

- Aeroporto no Montijo (processo liderado pela SPEA, em conjunto com 8 outras ONGA);
- Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (EAHFM) do Crato (Pisão) (processo liderado pelo GEOTA em conjunto com 4 outras ONGA);
- Megaempreendimento na Lagoa dos Salgados (processo liderado pela SPEA, em conjunto com outras ONGA);
- Atentados à Laurissilva na Madeira (processo liderado pela SPEA, em conjunto com outras ONGA);

Todas as semanas nos chegam queixas de cidadãos e de associações locais com pedidos de ajuda sobre agressões ambientais no seu território. A limitação atual de recursos de todo o tipo faz com que não possamos dar resposta jurídica à sua maioria, procurando-se, mesmo assim, dar a resposta mais eficaz possível.

Será importante que as ONGA no seu conjunto continuem a juntar esforços para garantir suporte técnico e financeiro e resposta para a crescente procura de serviços jurídicos e de advocacia ambiental e nessa matéria, para a proteção de altos valores de conservação ou “simplesmente” do direito constitucional dos cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado.

Será nesse sentido que iremos trabalhar em 2025.

Equipa:

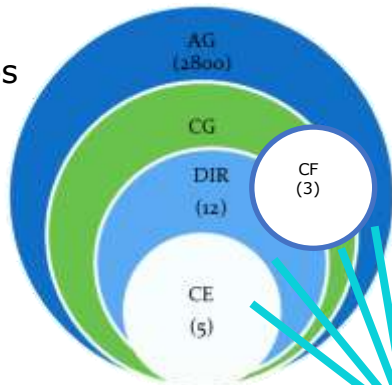
Helder Careto ©

Apoio em advocacia (outsourcing)

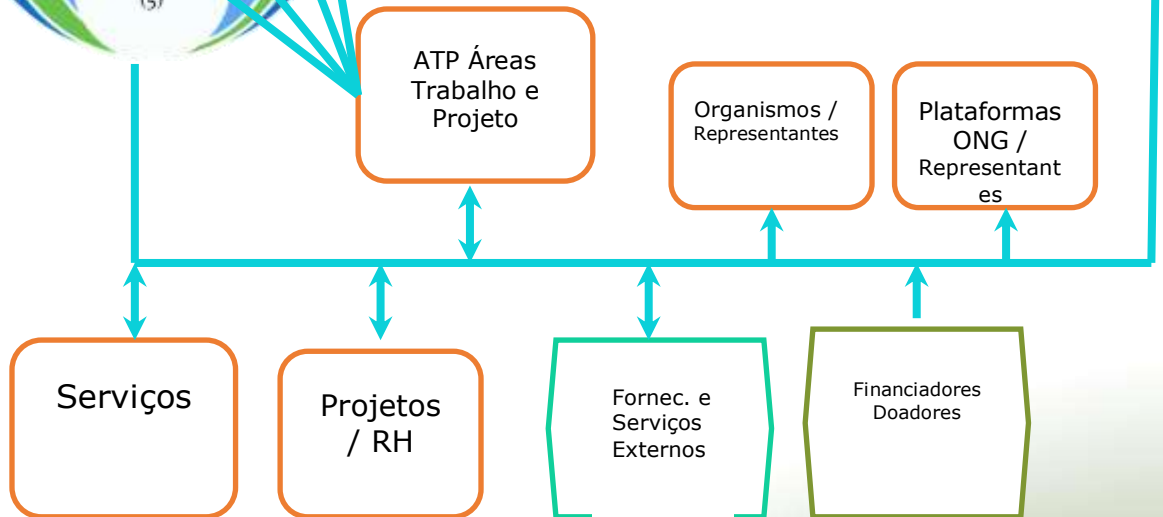
Outros colaboradores

Organograma

Órgãos Estatutários



Legenda:
 AG Assembleia Geral
 CG Conselho Geral
 CF Conselho Fiscal
 DIR Direção
 CE Comissão Executiva
 SE Secretário Executivo
 SD Secretária de Direção
 FSE Fornecimentos e Serviços Externos
 (#) nº de pessoas
 © Coordenação (DIR)



Os nossos dirigentes

Órgãos	Cargo	Equipa (biénio 2024/2025) Nome de Associado/a
Assembleia Geral Reunião extraordinária a XXXX de 2025 para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento	Presidente Vice-Presidente Secretário Suplente	João Miguel Dias Joanaz de Melo Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques Pedro Campos Rodrigues da Costa Regina Falcão
Comissão Executiva A CE reunirá, em princípio, numa base semanal, durante 2025	Presidente Vice-Presidente Vice-Presidente Vice-Presidente Tesoureiro Suplentes	Américo de Abreu Ferreira Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha Miguel Macias Sequeira João Serra Grilo Olga Romão Branco Fátima Valverde; António Galvão; Judite Fernandes
Conselho Fiscal Reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral e participação pontual nos outros órgãos por convite.	Presidente Vogal Vogal Suplente	João Dias Coelho Manuel Lucas Claro Isabel Moura Conceição Martins
Direção Calendário de reuniões de Direção em 2025 <ul style="list-style-type: none"> 7 jan, 21h Mensalmente, quinta-feira, 21h 		A Direção é constituída pelos membros efetivos da Comissão Executiva - Américo de Abreu Ferreira, Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha, Miguel Macias Sequeira, João Serra Grilo, Olga Romão Branco, e pelos coordenadores de Áreas de Trabalho e Projeto, independentemente do seu vínculo de trabalho ao GEOTA: Miguel Jerónimo, Ana Catarina Miranda, Teresa Lemos, Saúde Martins. A Direção poderá alterar sua composição conforme a dinâmica das Áreas de Trabalho e Projeto, podendo vir a adicionar novos coordenadores, nos termos regulamentares.
Conselho Geral Prevê-se a realização de pelo menos uma reunião do órgão para discussão de estratégias para o ambiente e o movimento associativo		Os representantes em organismos ou membros de outros órgãos pontualmente convidados têm o estatuto de observadores a menos que estejam também em substituição pontual de um titular. Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: ADAPA, AEAT, Azórica, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCC Bombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

Os nossos funcionários

Vão promover a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.

Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção;

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada;

Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.);

Desenvolvimento dos principais projetos;

Representações em organismos e plataformas;

Apoio à comunicação interna e externa.



Helder Careto

Breve Bio

Engenheiro do Ambiente, Secretário Executivo do GEOTA desde 1993, ligação aos órgãos de gestão, coordenação de projetos e apoio técnico e logístico.



Saúde Martins

Breve Bio

Curso médio de contabilidade, secretária de Direção do GEOTA desde 1991, apoio, atendimento, controlo financeiro e



Teresa Lemos

Breve Bio

Assessora Técnica do GEOTA desde 2002. Membro da Direção do GEOTA, em representação do Centro Ecológico Educativo e do Projeto CW, destacando-se nas suas atividades, a gestão do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, o desenvolvimento de projetos de EAS, valorização ambiental e desenvolvimento de atividades educação ambiental, a participação no Conselho Diretivo da Reserva Natural Local do Paul de Tornada..

Carla Pacheco

Breve Bio



Professora de Biologia e Geologia. Mestre em Ciências da Terra e da Vida, ao serviço do GEOTA, pelo 3º ano consecutivo, em regime de destacamento, sob as tutelas ministeriais da Educação e do Ambiente. Coordena e dinamiza projetos em articulação com ONGs, integra a “Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental”. Coordenadora pedagógica do Projeto CW e do Serviço Educativo do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista.



Miguel Jerónimo
Breve Bio

Arquiteto Paisagista formado na Universidade de Lisboa. Ainda durante o seu tempo na universidade fez voluntariado em projetos de educação ambiental. Membro da Direcção do GEOTA e coordenador dos projectos TerraSeixe e Renature Monchique, Renature Leiria e Renature Estrela. Entre 2014 e 2017 foi Vereador na Câmara Municipal de Vila do Rei



Catarina Miranda
Breve Bio

L. Biologia (2005, FCUL), mestre em Matemática Aplicada às Ciências Biológicas (2008, ISA), doutorada em Ciências da Natureza (2014, Instituto Max-Planck para a Ornitologia, Universidade de Constança, Alemanha). Professora e investigadora na pós-graduação em Biodiversidade e Conservação da Universidade Federal do Maranhão, Brasil (2014-2018) e na pós-graduação em Neurociências e Comportamento da Universidade Federal do Pará, Brasil (2018-Presente). Integrou o GEOTA em 2021 como coordenadora do projeto Rios Livres. Desde sempre fascinada pela conservação da natureza, nomeadamente pelas estratégias de preservação dos ecossistemas face aos impactos



Ligia Figueiredo
Breve Bio

Arquitetura Paisagista mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental e é doutoranda em Restauro e Gestão Fluvial. Integra a equipa do projeto Rios Livres do GEOTA como especialista em Recursos Hídricos, Políticas Ambientais e Agricultura



Regina Falcão
Breve Bio

Geóloga, designer gráfica e Web. Responsável pela comunicação no programa Rios Livres

Orçamento 2025



Nota previa:

No último exercício completo reportado (2023) optou-se por uma alteração metodológica que visa a melhor representação de projetos plurianuais. No orçamento apresentado manteve-se a alteração metodológica supra citada.

Um orçamento de qualquer organização é baseado nas expectativas, à data da sua elaboração, de receita e despesa consolidadas por centros de custo que se relacionam diretamente com os diversos setores de atividade, pelas linhas de financiamento e fontes de receita e é uma previsão geral do que se espera da situação financeira para o exercício bem como um instrumento de gestão da organização.

É possível que os pressupostos que levaram à sua construção se venham a alterar durante o exercício devido a:

- Receitas inesperadas, ainda não confirmadas ou não previstas devido a subsídios, donativos, prestações de serviços, vendas ou de outra origem;
- Despesas inesperadas devido a alterações de contexto, contingências e alteração dos financiamentos;
- Outros motivos.

Todos esses fatores podem obrigar, em devido tempo, a uma revisão do orçamento inicialmente aprovado.

Despesas 2025

(Euro)

SNC	Descritivo	Ano 2025
621	Subcontratos	590 260
6221	Trabalhos especializados	384 324
6222	Publicidade e propaganda	21 150
6223	Vigilância e segurança	274
6224	Honorários	8 210
6225	Comissões	500
6226	Conservação e reparação	471
6228	Outros serv. especializados	1 224
6231	Ferramentas e utensílios	672
6232	Livros e documentação técnica	550
6233	Material de escritório	1 830
6234	Artigos para oferta	200
6238	Outros materiais	89 800
6241	Electricidade	1 357
6242	Combustíveis	0
6243	Água	501
6248	Outros fluidos	0
6251	Deslocações e estadas	48 234
6252	Transportes de pessoal	750
6253	Transportes de mercadorias	650
6258	Outras deslocações	630
6261	Rendas e alugueres	20 508
6262	Comunicação	1 901
6263	Seguros	757
6264	Royalties	150
6265	Contencioso e notariado	0
6266	Despesas de representação	0
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 250
6268	Outros serviços	4 367
63	Gastos com o pessoal	164 633
	1101 Sede	125
	1201 CEEPT	18 115
	1401 CW	7 500
	1301 Representações nacionais	600
	1302 Rep Internacionais	300
	14254 ROLLIN' RIVERS	100 378
	1417 órgãos	1 200
	14191 R Monchique	19 422
	14192 R Leiria	14 811
	14093 R Estrela	0
	14194 TL Viridia	832
	15196 CEIM	750
	1419 Renature/R.Seixe	0
	1421 Sustenturis	0
	1426 Empresas grupo AdP	0
	1501 Ativ Ger	600
	1428 Pisão	0
64	Gastos de depreciação	11 687
65	Perdas por imparidade	0
66	Perdas redução justo valor	0
67	Provisões do período	0
68	Outros gastos e perdas	5 875
69	Gastos de financiamento	315
	Total de gastos	772 770

Receitas2025

(euro)

SNC	Descritivo	Ano 2025
71	Vendas	3 850
72	Prestações de serviços	30 713
73	Variações invent. produção	0
74	Trabalhos p/própria entidade	0
75	Subsídios à exploração	43 027
	IPDJ	0
	CM e outros entes públicos	43 027
	CCDR Algarve	0
	Fundo Ambiental	0
76	Reversões	0
77	Ganhos aumentos justo valor	0
78	Outros rendimentos	464 509
	Entidades privadas	10 000
	FCG	15 000
	DIMFE	149 979
	Ryanair	100 000
	One Tree Planted	138 015
	EEB	15 465
	CIDN	300
	FBTaipei	2 500
	Empresas grupo AdP	1 500
	Donativos	1 100
	Quotas	3 500
	Outros	27 150
79	Juros, div. e rend. similares	0
7	Total de rendimentos	542 099
	Transporte de 2024	286 898
811	Resultado antes de impostos	56 226

Tabela resumo por centros de custo 2025

(euro)

Centro de custo	Total gastos	FSE /Subcontratos	C Pessoal	Total de rendimentos	Transporte 2024	Saldo
Geral	772 770,03	590 260,29	164 632,74	542 098,86	286 897,56	56 226,38
1101 sede	3 817,00	2 645,00	125,00	8 973,00	3 144,00	8 300,00
1201+1202 CEEPT	49 586,74	17 676,54	18 115,20	32 434,00	13 869,00	-3 283,74
1401 CW	10 850,00	3 330,00	7 500,00	12 250,00	-5 187,00	-3 787,00
1301 Rep Nacionais	3 076,00	2 476,00	600,00	100,00	-2 341,00	-5 317,00
1302 Rep internacionais	1 000,00	700,00	300,00	300,00	-817,00	-1 517,00
1417 Órgãos	1 670,00	1 070,00	600,00	0,00	-700,00	-2 370,00
14191 R Monchique	156 660,20	137 238,00	19 422,20	100 000,00	62 412,14	5 751,94
14192 R Leiria	182 838,64	168 028,00	14 810,64	138 015,00	83 984,20	39 160,56
14093 R Estrela	1 000,00	0,00	0,00	0,00	-3 600,28	-4 600,28
14194 TL Viridia	31 436,50	30 604,50	832,00	15 465,00	16 446,00	474,50
15196 CEIM	21 787,14	21 037,14	750,00	30 133,00	-6 027,16	2 318,70
1501 Atividades Gerais	6 390,00	3 775,00	600,00	3 800,00	-12 140,00	-14 730,00
14254 Rollin'Rivers	293 497,81	193 120,11	100 377,70	192 128,86	138 554,66	37 185,70
1428 Pisão	9 160,00	8 560,00	600,00	8 500,00	-700,00	-1 360,00